

IV.^a Conferência Anual da Entidade Reguladora para a Comunicação Social Discurso de Abertura

J. A. Azeredo Lopes
Presidente do Conselho Regulador da ERC

Exm.^o Senhor Professor Doutor Marçal Grilo
Exm.^o Senhor Presidente do Conselho Audiovisual da Catalunha, Ramòn Font
Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Damos hoje início à IV.^a Conferência Anual da Entidade Reguladora para Comunicação Social. Mais uma vez, e registo a feliz circunstância, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, que se foi tornando, com os anos, uma espécie de segunda casa, de tal forma temos sido sempre bem acolhidos e recebidos por esta magnífica instituição.

É portanto dever, que nem sequer sinto nessa dimensão estrita, agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do Professor Marçal Grilo, o facto de nos disponibilizar este espaço desde quase a primeira hora da ERC, tanto para a nossa Conferência Anual como para outras iniciativas, como a divulgação pública de estudos e análises empreendidos pela Entidade Reguladora.

Quando pensamos e sonhamos algo, nem sempre as coisas correm como as antecipámos. A verdade é que, desde a I.^a Conferência Anual da ERC, o Conselho Regulador a concebeu como um momento importante de cada ano, no qual, mais do ter o regulador a falar, era importante dar voz *extramuros*, àqueles que são objecto da

regulação, aos melhores peritos e especialistas do sector dos média. Tratou-se sempre, por isso, de um momento de responsabilidade, em que o regulador ouviu, aprendeu e aceitou ser, eventualmente, criticado, num exercício de *accountability*, utilizando este termo porque, curiosamente, a nossa língua tem dificuldade em representá-lo de forma fidedigna.

É minha convicção que, nas edições transactas da nossa Conferência Anual, sempre assim foi. E que, mais uma vez, assim vai ser.

A actividade da ERC vai, com efeito, muito mais longe e mais fundo do que os processos mais mediáticos que teve que decidir, e que fizeram as delícias dos jornais e de muitos, uns melhores do que outros, “reguladores de bancada”.

Ora, nestes tempos difíceis que atravessamos, é importante que se continue a discutir a liberdade de imprensa, a regulação e o impacto que esta pode ter na construção de uma melhor cidadania. Que a relação entre média e cidadania parece óbvia, ninguém certamente o discutirá. Mas, como se estabelece hoje esta relação, para alguns – erradamente, a meu ver – diluída pelo advento dessa categoria misteriosa que é o cidadão-jornalista ou pela invocada, mas até hoje não verificada, dispensabilidade dos *media* tradicionais? Qual o papel que pode desempenhar uma regulação moderna e actualizada naquela equação?

Dos cidadãos, fala-se cada vez menos, e, quantas vezes, apenas na sua qualidade, empobrecida, de consumidores. A verdade, no entanto, é que, talvez mais do que nunca, precisamos de órgãos de comunicação social fortes, críticos, saudáveis tanto do ponto de vista económico como daqueloutro, pelo menos tão importante, ético e deontológico. E, talvez mais do que nunca, precisamos de órgãos de comunicação social que aceitem e promovam as diferentes dimensões da responsabilidade social, perante todos nós, que somos a fonte da sua legitimação.

É durante a voragem e a tempestade que estes testes se fazem, não durante a bonança.

E por isso, procurámos, nesta Conferência, que alguns tópicos importantes fossem suscitados e debatidos.

Um deles, porém, nem sequer será versado directamente em nenhum painel, embora esteja presente, quase que diria de modo físico. Há uns meses, com efeito, a ERC anunciou o lançamento do seu projecto sobre a transparência da propriedade dos média, expôs as suas linhas fundamentais, a sua razão de ser normativa, a referência de cidadania que o determinava. E, nesta mesma casa, assumi o compromisso, em nome da instituição que represento, de disponibilizar publicamente esses dados, para consulta, a contar do dia da Conferência Anual. *Chose faite*, como diriam os franceses, uma vez que, a partir de agora, quem quer que seja pode aceder ao sítio electrónico da ERC e ali consultar, cruzar dados, informar-se, sobre a propriedade dos principais grupos e empresas de comunicação social portuguesas.

Não se trata, é bom notá-lo, de transformar cada um numa espécie de *Peeping Tom*. Antes, de destacar como a cidadania impõe a transparência aos próprios *media*, o conhecimento, a informação acerca daqueles que, institucionalmente, são os verdadeiros titulares da liberdade de imprensa num Estado de Direito Democrático.

Por outro lado, no que também, já se transformou numa boa tradição, damos hoje a conhecer o nosso relatório anual de regulação, na sua versão impressa. É ele, cada vez mais, um documento fundamental para aferir o estado de saúde dos órgãos de comunicação social e o modo como, em cada ano, vai evoluindo a comunicação social em Portugal. Tenho a certeza de que, mais uma vez, vai ser um instrumento indispensável para aqueles que se interessam pela comunicação social em Portugal, dos

profissionais do meio aos próprios cidadãos – porque são eles, feitas as contas, que justificam a regulação dos média.

Cada um dos painéis que propomos ao longo de dois dias reflecte, creio, a presença irredutível da cidadania na regulação dos média, à luz de abordagens diversas e ricas.

A ERC – melhor, o seu Conselho Regulador – tem uma matriz genética essencialmente parlamentar. Foi o Parlamento – adoptei há muito a designação nobre de Casa da Democracia – que aprovou a Lei que contém as normas estatutárias daquele que era, em 2006, um novo regulador; foi o Parlamento a escolher, depois de audição, quatro dos cinco membros do novo Conselho Regulador; é o Parlamento, através da 12.^a Comissão, que ouve, pelo menos uma vez por ano, o Conselho Regulador, a propósito do seu relatório anual de regulação e do seu relatório de actividades e contas; é o Parlamento que ouve o Conselho ou o seu Presidente a propósito de questões que considere pertinentes.

Por isso, bem se compreende que, na última Conferência Anual deste Conselho Regulador, fosse oportuno que sobre a ERC incidisse um olhar político, liberto das questões de agenda ou da conjuntura, de balanço, crítico que seja. É a tal *accountability* a que acima fiz referência. E também serve a referência a um olhar *político* para significar como é relevante, numa sociedade democrática – continuo à espera que alguém consiga inventar algo melhor – a dimensão política. A ERC tem uma génese política (nesse sentido mais elevado), e tal facto, a meu ver, eleva a exigência sobre o regulador. Refuto, com efeito, a mania recente de denegrir o que provenha do campo político quando, realmente, ninguém alcançou, que eu saiba, encontrar fonte de legitimação superior. As corporações? A representação aritmética dos interesses? Serão estes vectores superiores, à luz de um critério de legitimidade, relativamente a uma

fonte de legitimidade parlamentar? Sê-lo-ão talvez, para alguns. Não o são, certamente, para mim.

Nesse painel, contaremos com a presença de algumas das pessoas que mais reflectiram sobre a regulação. Alguns deles, aliás, têm no seu currículo a intervenção principal na negociação sobre o que viria a ser, como modelo, a moderna regulação dos média em Portugal. Por conseguinte, será importante ouvi-los e reflectir sobre aquilo que têm para nos dizer.

Da parte da tarde, eis-nos num campo bem diferente. Um clássico, digamos assim. Realmente, desde há muito, uma das dimensões mais contenciosas no exercício da liberdade de imprensa, da informação ao entretenimento, é aquela que pode colidir com a privacidade ou a intimidade. Em termos mais técnicos, com os direitos de personalidade. Da mesma forma, se a liberdade de informar não pode ignorar a patologia, de que infelizmente a violência é uma das expressões maiores, importava reflectir sobre o estado da arte – dito de forma mais simples, em que ponto estamos. Para isso, mais uma vez, a ERC recorreu à Academia, através de uma equipa liderada pelo Professor José Rebelo, que realizou, com dedicação e competência exemplares, um estudo sobre a privacidade, intimidade e violência na Imprensa em 2009. A essa apresentação seguir-se-á uma outra, levada a cabo pela ERC, sobre igual temática e período temporal, na televisão.

Muitas vezes ouvi reparos críticos, desculpáveis, uns, menos aceitáveis, outros, sobre o modo como o regulador definiu como uma das suas opções estratégicas fundamentais a promoção do conhecimento sobre os média e sobre questões de cidadania entrelaçadas no exercício da sua actividade.

Sempre se foi respondendo (às vezes, talvez, com pouca paciência) que, se assim não fosse, o regulador não poderia decidir bem e de forma profissional; teria dificuldade em

fugir à subjectividade, ao casuístico e ao opinativo; e que, sem esse capital de conhecimento, teríamos a afirmação pouco razoável de uma entidade pública relativamente a um sector tão sensível e delicado porquanto, essencialmente, nele confluí uma série complexa de direitos fundamentais.

É reconfortante pensar que, mais uma vez, o meio disporá de um estudo, que hoje se divulga, sobre uma problemática tão importante. E cujos dados serão, naturalmente, úteis para um debate que antecipo como dos mais ricos desta Conferência.

Lembro, por outro lado, que há pouco mais de uma semana, em Belgrado, foram na reunião dos reguladores europeus do audiovisual apresentados os traços gerais do estudo promovido pela Comissão da União Europeia sobre a independência dos reguladores dos média. Nem de propósito, um dos vectores nodais dessa independência é o modo como o regulador consiga promover o conhecimento sobre o objecto da sua regulação, uma vez que, no entender dos autores daquele estudo, esse é um pressuposto do bem fundado das decisões do regulador e um instrumento decisivo para a sua aceitação pelos respectivos destinatários e para a sindicabilidade objectiva das suas decisões.

Passaremos, no segundo dia, à apresentação dos principais dados de mais um estudo promovido pela ERC, sobre a publicidade do Estado (em sentido lato) e a sua distribuição, durante o ano de 2009. Como é sabido, alguns dos casos pesos pesados decididos pelo regulador – destaque, por exemplo, o caso “Sol”; mas também a polémica que, a esse respeito, envolveu dois dos principais grupos portugueses – envolveram, directa ou indirectamente, a publicidade do Estado, e a circunstância, também alegada, de através do investimento publicitário podermos ter assistido ao favorecimento de A em detrimento de B. Na altura, ao mesmo tempo que fazia uma investigação específica para cada caso, a ERC entendeu fazer um estudo mais geral. É esse tópico que agora se

dá a conhecer, articulando-o com a questão, também ela muito sensível, como se vê por um caso muito recente, das audiências e da sua medição.

Depois, o quarto painel debruçar-se-á sobre o problema das acessibilidades. Talvez seja, admito, um tema menos mediático, que, seguramente, não tem feito (infelizmente) as parangonas dos jornais. Permitam-me, até por razões sobre as quais não interessa discorrer, que exprima aqui uma preferência, uma quebra, que com certeza será desculpada, num dever de imparcialidade. E que insista como neste caso, de uma forma especialmente funda, estamos a tocar na cidadania e no direito de cada um a aceder à informação. Já bem entrados no século XXI, existem ainda centenas de milhar de invisíveis – pessoas como eu e aqueles a que tenho o gosto de falar que, pela circunstância de uma deficiência, visual ou auditiva, não vêm ou não ouvem o que sai da televisão. Estão no *ghetto* da sua deficiência, mas, ainda assim, só recentemente a Lei da Televisão pensou neles. É altura, por conseguinte, de a ERC lhes dar voz, e dar a conhecer o seu plano de acessibilidades, infelizmente contestado em tribunal e sujeito ao travão de uma providência cautelar decretada pelo tribunal. Ainda assim, e porque lá onde se fala de deficiência fala-se, também, e talvez ainda mais cruamente, de direitos fundamentais, reconheço-me, plenamente, no belo título que encima o painel que se debruçará sobre a questão das acessibilidades.

E, finalmente: regresso ao dia de hoje, para vos apresentar o nosso convidado que vai proferir a intervenção inaugural desta Conferência. E é com especial gosto que o faço.

Ramòn Font é, actualmente, o Presidente do Conselho Audiovisual da Catalunha, uma das mais prestigiadas instituições europeias de regulação do audiovisual. O CAC, com efeito, tem estado sempre na linha da frente de uma regulação profissional, competente e respeitada no plano europeu; promove o conhecimento e a reflexão sobre os média como poucos; e tem desempenhado um papel fundamental na organização dos

diferentes reguladores, seja na EPRA (Plataforma Europeia dos Reguladores do Audiovisual), no RIRM (Rede dos Reguladores Mediterrânicos do Audiovisual) como, mais recentemente, no lançamento da Rede Ibero-Americana dos Reguladores do Audiovisual, de que, como a ERC, é membro fundador. É bom ter presente, por outro lado, que se só recentemente o legislador espanhol promoveu a criação de um regulador nacional, o CAC, por seu lado, conta, já, com dez anos de existência, recentemente festejados. E tive o grato prazer de testemunhar como, na Catalunha, as diferentes representações da sociedade catalã (política, mediática, social) mostraram o respeito, apreço e carinho por esta instituição.

Com o CAC, o Conselho Audiovisual da Andaluzia e o Conselho do Audiovisual de Navarra, a ERC participa, por outro lado, na Plataforma Ibérica dos Reguladores do Audiovisual. E tem sido notável verificar como, no essencial, as questões que discutimos são similares, os desafios próximos, as soluções equivalentes. Só este seria, por conseguinte, um conjunto de razões amplamente suficiente para termos entre nós o Presidente de uma instituição desta qualidade.

Acresce, porém, e mal ficaria em não o referir, que Ramòn Font tem particulares e especialíssimas qualificações para nos falar de regulação numa sociedade democrática. Tão português como catalão, se assim o posso dizer, conhece a realidade portuguesa como poucos. Aqui viveu e exerceu, durante largos anos, a profissão de jornalista, aqui privou com os média portugueses, aqui terá aprendido algo, e aqui nos ensinou com a sua experiência. Trabalhou, ainda, em colaboração com o meio empresarial; e, agora, exerce este alto cargo. Tendo conhecido, ao longo de um percurso riquíssimo, todas as dimensões profissionais que é uso associar-se aos média, ei-lo, agora, de forma simbólica, na outra margem – cada uma ligada à outra por uma ponte simbólica. Sem querer meter a foice em seara alheia, estou certo de que o regulador catalão muito tem a

ganhar com este olhar tão multifacetado e competente. É, portanto, um privilégio tê-lo entre nós. E agradeço-lhe, em nome pessoal e em nome da ERC, ter acedido ao nosso convite.